PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE CONCILIADORES DO FÓRUM DA COMARCA DE SINOP/MT

CADERNO DE PROVAS

Leia com atenção as instruções abaixo.

1 – Verifique se o seu caderno de provas contém 50 questões objetivas, em caso negativo, noticie o fato ao fiscal mais próximo.

2- Verifique se não existe alguma questão ilegível, caso exista, noticie ao fiscal.

3- Ao receber a folha de respostas, escreva seu nome no espaço acima da folha de respostas, e assine seu nome no espaço abaixo da folha de respostas.

4 – Não se comunique com os outros candidatos, nem se levante sem autorização do fiscal da sala.

5 – A prova terá duração de 04 horas, e terá início assim que o fiscal autorizar.

6 – Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

7 – A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar em anulação da sua prova.

8 – O candidato somente pode retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas, faltando 1 hora ao horário previsto para o seu término.

9 – Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

10- Os três últimos candidatos que permanecerem na sala deverão retirar-se do local simultaneamente.

11 – Será nula a resposta dada pelo candidato quando:
a) a folha de respostas apresentar emenda e/ou rasuras, ainda que legíveis;
b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;
c) não estiver assinalada na folha de respostas;
d) preenchida fora das especificações (somente uma letra deverá estar assinalada/preenchida).

12- Uma vez autorizado o início das provas permaneça na sala de aplicação por um período mínimo de uma hora. Encerrado o tempo de 03 horas, entregue imediatamente a folha de respostas, sob pena de não ser aceita para apuração dos resultados.

13 – Todo e qualquer descumprimento das regras do edital e/ou deste caderno será registrado em ata e encaminhado à comissão.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE CONCILIADORES DO FÓRUM DA COMARCA DE SINOP/MT

1. Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que teve sua acentuação alterada de acordo com a Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa.

a) Século

b) Prisões

c) Frutífero

d) Atômico

e) Conseqüente

2. Identifique qual das palavras entre parênteses completa a frase corretamente.

a) Está (eminente/iminente) a demolição do prédio.

b) É um (previlégio/privilégio) trabalhar nesta organização.

c) Mesmo se ele (quizer/quiser), não vou ceder ao seu pedido.

d) Talvez por receio, a comissão resolveu não (deferir/diferir) o pedido.

e) O orçamento para a construção de novos presídios é uma soma (vultosa/vultuosa).

Assinale a alternativa que indica as palavras corretas.

a) Iminente; privilégio; quiser; deferir; vultosa
b) Eminente; privilégio; quizer; deferir; vultosa
c) Iminente; previlégio; quiser; diferir; vultuosa
d) Eminente; previlégio; quiser; deferir; vultosa
e) Iminente; privilégio; quizer; diferir; vultuosa

3. Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma-padrão.

a) Os tabeliães devem preparar o documento.

b) Esses cidadões tinham autorização para portar fuzis.

c) Para autenticar as certidãos, procure o cartório local.

d) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.

e) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

4. O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

a) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos.

b) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional.

c) A violência urbana é comparada à uma enfermidade.

d) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades.

e) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis.

5. "As garras do Judiciário, na maioria dos casos, não têm alcançado esses motoristas porque a lei é falha." (Como evitar que motoristas bêbados fiquem impunes e continuem a matar no trânsito, Rodrigo Cardoso, Paula Rocha, Michel Alecrim e Luciani Gomes. ISTO É, nov. 2011. Adaptado).

Assinale a alternativa em que, alterando-se a ordem das palavras, a frase permanece com a pontuação correta.

a) Na maioria dos casos as garras do Judiciário, não têm alcançado esses motoristas porque a lei é falha.
b) As garras do Judiciário, não têm alcançado esses motoristas, na maioria dos casos porque a lei é falha.
c) Porque a lei é falha, as garras do Judiciário, na maioria dos casos, não têm alcançado esses motoristas.

d) Não têm alcançado, esses motoristas as garras do Judiciário na maioria dos casos, porque a lei é falha.

e) As garras do Judiciário, porque a lei é falha não têm alcançado na maioria dos casos, esses motoristas.

6. A doutrina constitucional tem classificado a nossa atual Constituição Federal (1988) como:

a) Escrita, legal, formal, pragmática, outorgada, semirrígida e sintética.

b) A CF é um exemplo de constituição outorgada, visto que foi elaborada por representantes legítimos do povo.

c) Material, pragmática, promulgada, flexível e sintética.

d) Quanto à ideologia, a CF é classificada pela doutrina como ortodoxa.

e) Escrita, legal, formal, dogmática, promulgada, rígida e analítica.

7. Uma empresa requereu à Prefeitura Municipal de Sinop/MT a emissão de certidão em que constem os dados e a situação atual do processo administrativo de que é parte. Indeferido o pedido sob o argumento de que o processo seria sigiloso, a empresa pretende obter ordem judicial para que a certidão seja expedida. Deverá deduzir sua pretensão por meio de:

a) Ação popular.n

b) Mandado de segurança.

c) Mandado de injunção.

d) *Habeas data.*

e) *Habeas corpus.*

8. Carlos Marcelo, 18 anos de idade, nascido em Curitiba/PR, reside em Cuiabá/MT, onde é conhecido como excelente artista plástico, e muito dedicado entre os colegas do quartel em que presta o serviço militar obrigatório. Pretende se candidatar a vereador na capital Mato-grossense. Conforme determina a Constituição Federal, Carlos Marcelo

a) Não é elegível por se encontrar conscrito.

b) Não tem idade mínima para ser eleito vereador.

c) Não poderá se candidatar porque não fez seu alistamento eleitoral e não votou quando tinha 16 anos de idade.
d) Prescinde de filiação partidária para se candidatar.
e) Deverá cumprir prestação alternativa para substituir eventuais faltas que venha a ter no serviço militar em decorrência da sua campanha eleitoral.

09. Nos termos do art. 16 da Constituição Federal de 1988, a seguir : *"A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência."*

a) Trata-se do princípio da moralidade.
b) Trata-se do princípio da anterioridade.
c) Trata-se do princípio da especialidade.
d) Trata-se do princípio da publicidade.
e) Trata-se do princípio da eficiência.

10. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte e assinalando a alternativa incorreta:

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
e) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

11. Com base no disposto no Código Civel a respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta:

a) Enquanto a personalidade da pessoa natural começa com a concepção, a da pessoa jurídica depende de registro.

b) Ato jurídico praticado diretamente por pessoa relativamente incapaz pode produzir efeitos imediatos.

c) Se houver risco de vida, qualquer pessoa pode ser constrangida a submeter-se a intervenção cirúrgica.

d) São considerados absolutamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

e) Não será registrada em registro público a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

12. A respeito dos negócios jurídicos, assinale a opção correta:

a) Constitui causa de nulidade do negócio jurídico o erro substancial quanto à natureza do negócio.

b) O contrato de compra e venda de bem imóvel, realizado sob premente necessidade, por preço manifestamente superior ao seu real valor de mercado, pode ser anulado por conter vício de consentimento denominado estado de perigo.

c) O negócio jurídico eivado de dolo de terceiro poderá ser anulado, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

d) Mesmo que seja de natureza acidental, o dolo acarretará irremediavelmente a nulidade do ato.

e) Não é válido o ato negocial em que ambas as partes tenham agido reciprocamente com dolo. A nenhuma delas é permitido reclamar indenização, devendo cada uma suportar o prejuízo experimentado.

13. A respeito das pessoas jurídicas de direito público interno, são apenas as indicadas em:

I. A União.

II. Os Estados.

III. Os Territórios e Distrito Federal.

IV. Os Municípios.

V. As Autarquias.

VI. Os Partidos Políticos.

VII. As Fundações.

a) I, II, III, IV, V e VII
b) I, II, III, IV e V
c) I, II, III, IV e VI
d) II, III, VI e VII
e) IV, V, VI e VII

14. A empresa Vênus, situada na cidade de Sinop, é dissolvida por seus sócios e, imediatamente, liquidada. As empresas Saturno e Urano, credoras da empresa Vênus não receberam os seus respectivos créditos mesmo após o encerramento da empresa. Neste caso, as pretensões das empresas credoras contra os sócios da empresa Vênus prescreverão, a partir da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, no prazo de:

a) 04 anos.
b) 02 anos.
c) 05 anos.
d) 01 ano.
e) 03 anos.

15. O Código de Defesa do Consumidor (Lei. 8.078/90) considera como excludente de responsabilidade pelo fato do produto a:

a) Ignorância do fornecedor sobre os defeitos do produto colocado no mercado.
b) Força maior.
c) Vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
d) Culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
e) Caso fortuito.

16. A respeito da prova documental, é correto afirmar que:

a) O documento feito por oficial público incompetente, ainda que não subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probante do documento particular.

b) Os extratos digitais de bancos de dados, públicos ou privados, ainda que atestados pelo seu emitente que as informações conferem com o que consta na origem não são admitidos em juízo como prova, salvo se houver prévia e expressa concordância de ambas as partes no processo.

c) Não se admite, em nenhuma hipótese, cópia digital de título executivo extrajudicial.

d) Fazem, no processo judicial, a mesma prova que os originais as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, juntadas aos autos pelas repartições públicas em geral, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização, sendo que os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para a propositura de ação rescisória.

e) Os livros empresariais fazem prova contra o seu autor, mas nunca a favor dele.

17. Assinale a alternativa correta:

a) Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.

b) Dependem de prova os fatos notórios.

c) As partes têm o dever de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

d) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, não podendo o juiz ordená-lo de ofício.

e) Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

18. Acerca das causas de impedimento e suspeição, assinale a alternativa correta:

a) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

b) No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

c) Aplicam-se os motivos de impedimento ou suspeição a todos os sujeitos do processo;

d) Quando 2 (dois) ou mais juízes forem primos, o primeiro que conhecer do processo impede que o outro nele atue, caso em que o segundo se escusará, remetendo os autos ao seu substituto legal.

e) Há suspeição do juiz quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

19. Acerca dos auxiliares da Justiça, não é correto afirmar que:

a) Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, tantos oficiais de justiça quantos sejam os juízos.

b) O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

c) Admite-se a aplicação de técnicas negociais, com o objetivo de proporcionar ambiente favorável à autocomposição.

d) No caso de impedimento, o conciliador ou mediador o comunicará imediatamente, de preferência por meio eletrônico, e devolverá os autos ao juiz do processo ou ao coordenador do centro judiciário de solução de conflitos, devendo este realizar nova distribuição.

e) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

20. Analise e responda:

I – Os pressupostos negativos indicam circunstâncias que devem estar ausentes, para a validade do processo, como a litispendência, a coisa julgada, a perempção e o compromisso arbitral.

II – Petição Inicial apta e juízo competente são pressupostos processuais de eficácia.

III - A capacidade é pressuposto processual, que não se confunde com a legitimidade *ad causam*, uma das condições da ação. Esta é requisito para que o litigante tenha o direito de ação, ao passo que aquela é indispensável para que o processo tenha regular seguimento.

IV - O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por um dos litisconsortes.

a) As alternativas III e IV não são corretas.

b) Somente a alternativa III é falsa.

c) Apenas as proposições I e III são corretas.

d) As alternativas I e II estão corretas.

e) Todas as alternativas estão corretas.

21. O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do artigo 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e Conselho Penitenciário.

Acerca do livramento condicional assinale a alternativa incorreta:

a) O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.

b) O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso.

c) Cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

d) Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

e) As penas que correspondem a infrações diversas não devem somar-se para efeito do livramento.

22. Guiando o seu automóvel na contramão de direção, em outubro de 2010, Tício é perseguido por uma viatura da polícia militar. Após ser parado pelos agentes da lei, Tício realiza, espontaneamente, o exame do etilômetro e fornece aos militares sua habilitação e o documento do automóvel. No exame do etilômetro, fica constatado que Tício apresentava concentração de álcool muito superior ao patamar previsto na legislação de trânsito. Além disso, os policiais constatam que o motorista estava com a habilitação vencida desde maio de 2009. Com relação ao relatado acima, é correto afirmar que o Promotor de Justiça deverá denunciar Tício:

a) Pela prática dos crimes de embriaguez ao volante e direção sem habilitação.

b) Apenas pelo crime de embriaguez ao volante, uma vez que o fato de a habilitação estar vencida constitui mera infração administrativa.

c) Apenas pelo crime de direção sem habilitação, uma vez que o perigo gerado por tal conduta faz com que o delito de embriaguez ao volante seja absorvido, em razão da aplicação do Princípio da Consunção.

d) Apenas pelo crime de direção sem habilitação, pois o delito de embriaguez ao volante só se configura quando ocorre acidente de trânsito com vítima.

e) Pela prática dos crimes de embriaguez ao volante, direção sem habilitação e resistência.

23. Acerca das contravenções penais é correto afirmar que:

a) Não é punível a tentativa de contravenção.

b) As penas principais são prisão simples, multa e detenção.

c) A ação penal é de iniciativa privada.

d) O condenado a pena de prisão simples cumpre pena junto com os condenados a pena de reclusão ou de detenção.

e) No caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena não pode deixar de ser aplicada.

24. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única que NÃO majora de 1/3 até a metade a pena para o autor do delito de feminicídio.

a) Praticar o crime nos 5 meses posteriores ao parto.
b) Praticar o crime contra pessoa menor de 14 anos.
c) Praticar o crime contra pessoa com deficiência.
d) Praticar o crime na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
e) Praticar o crime contra pessoa maior de 60 anos.

25. Após realizarem o roubo de um caminhão de carga, os roubadores não sabiam como guardar as coisas subtraídas até o transporte para outro Estado no dia seguinte. Diante dessa situação, procuraram Paulo, amigo dos criminosos, e pediram para que ele guarde a carga subtraída no seu galpão por 24 horas, admitindo a origem ilícita do material. Paulo, para ajudá-los, permitiu que a carga ficasse no seu galpão, que é utilizado como uma oficina mecânica, até o dia seguinte. A polícia encontrou na mesma madrugada todo o material no galpão de Paulo, que é preso em flagrante.

Diante desse quadro fático, Paulo deverá responder pelo crime de:

a) Receptação.

b) Receptação qualificada.

c) Roubo majorado.

d) Favorecimento real.

e) Favorecimento pessoal.

26. Acerca do Inquérito Policial é correto afirmar que:

a) O prazo para conclusão do inquérito, estando o indiciado preso, é de 15 (quinze) dias.
b) No curso da tramitação do inquérito policial, o delegado de polícia, quando verificada a inexistência de indícios de autoria, a ocorrência da extinção da punibilidade do indiciado ou que o fato investigado é atípico deverá arquivar os autos do inquérito policial.
c) Quando se tratar de crime de ação penal privada, o arquivamento do inquérito policial depende de decisão do juiz, após pedido do Ministério Público.
d) Sendo o arquivamento ordenado em razão da ausência de elementos para basear a denúncia, a autoridade policial poderá empreender novas investigações, se receber notícias de novas provas.
e) O ofendido e o indiciado não poderão requerer diligências no curso do Inquérito Policial, pois trata-se de procedimento administrativo.

27. Como regra geral do Código de Processo Penal, a decadência nos crimes de ação penal privada ocorre se a queixa não for oferecida no prazo de:

a) 6 (seis) meses, contados do dia em que o ofendido veio a saber quem é o autor do crime.
b) 6 (seis) meses, contados do dia em que o crime se consumou.
c) 3 (três) meses, contados do dia em que o ofendido veio a saber quem é o autor do crime
d) 3 (três) meses, contados do dia que o crime se consumou
e) 01 (um) ano, contados do dia que o crime se consumou.

28. Segundo o Código de Processo Penal, a competência jurisdicional não é determinada em função:

a) Do lugar da infração.
b) Do domicílio ou residência da vítima.
c) Da prevenção.
d) Da distribuição.
e) Da natureza da infração.

29. Conforme disposto no Código de Processo Penal, em relação à citação e à intimação, é correto afirmar que:

a) A citação do militar e do funcionário público será efetivada por intermédio da chefia imediata do respectivo serviço, requisitando-se, por ofício, em ambos os casos, a apresentação do réu, no dia e hora designados pelo juiz.
b) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
c) Em processo penal, se verificar que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça não poderá proceder a citação com hora certa.
d) Em regra, a citação do réu é pessoal, sendo que, na hipótese de ele não comparecer, ainda que regularmente citado, será decretada sua revelia, confissão ficta e nomeação de defensor dativo, caso não haja advogado constituído.
e) Nas intimações dos acusados, das testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, admitem-se, no que lhes for aplicável, os mesmos procedimentos empregados na citação.

30. Acerca das provas, é correto afirmar que:

a) São inadmissíveis as provas ilícitas, aquelas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, as quais devem ser desentranhadas do processo, exceto se forem as únicas produzidas nos autos e servirem para esclarecer dúvidas sobre pontos relevantes.
b) Em crimes que deixam vestígios, o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
c) Não sendo possível a realização do exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.
d) O juiz não poderá proceder a novo interrogatório de ofício, nem mesmo a pedido de qualquer das partes.
e) O silêncio do acusado importará confissão, e, poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

31. O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso foi instituído pela:

a) Resolução N. 12/2011/TP.

b) Resolução N. 09/2012/TP.

c) Resolução N. 12/2012/TP.

d) Resolução N. 12/2011/CNJ.

e) Resolução N. 12/2011/NUPEMEC.

32. De acordo com a Resolução n. 125/2010-CNJ, são princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais, exceto:

a) Confidencialidade.

b) Competência.

c) Parcialidade e respeito à ordem pública e às leis vigentes.

c) Neutralidade.

e) Independência e autonomia.

33. As regras que regem o procedimento da conciliação/mediação são normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para seu bom desenvolvimento, permitindo que haja o engajamento dos envolvidos, com vistas à sua pacificação e ao comprometimento com eventual acordo obtido.

I - Ausência de obrigação de resultado – Dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles.

II - Autonomia da vontade – Dever de respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo, podendo inclusive interrompê-lo a qualquer momento.

III Competência – Dever de possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma desta Resolução, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada;

Com base nas assertivas acima, são regras que regem o procedimento da conciliação/mediação:

a) Apenas a I.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) I e II.

e) II e III.

34. De acordo com a Lei n. 13.140/2015 (Lei de Mediação) é incorreto afirmar que:

a) Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

b) Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

c) O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

d) O mediador será designado pelo Ministério Público ou escolhido pelas partes.

e) O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

35. Assinale a alternativa correta a respeito da conciliação e da mediação judicial:

a) Compete aos mediadores fazer esclarecimento jurídico às partes.

b) Como espécies de autocomposição, a transação, a renúncia e a submissão podem ocorrer durante o processo judicial, hipótese em que o juiz homologará por sentença de

mérito a autocomposição, com formação de coisa julgada material.

c) O mediador deve atuar preferencialmente nos casos em que não tiver havido vínculo anterior entre as partes, o que significa dizer que a mediação é mais adequada para conflitos de interesses que não envolvam relação continuada entre as partes.

d) Tendo a oralidade os objetivos de conferir celeridade ao procedimento, prestigiar a informalidade dos atos e promover a confidencialidade, é dispensável a forma documental escrita da solução consensual do conflito.

e) O mediador poderá sugerir soluções para o litígio caso as partes não o vislumbrem.

36. De acordo com as responsabilidades dos conciliadores/mediadores elencadas na Resolução n. 125/2010-CNJ, é incorreto afirmar que:

a) Apenas poderão exercer suas funções perante o Poder Judiciário conciliadores e mediadores devidamente capacitados e cadastrados pelos tribunais, aos quais competirá regulamentar o processo de inclusão e exclusão no respectivo cadastro.

b) O conciliador/mediador deve exercer sua função com lisura, respeitando os princípios e regras deste Código, assinando, para tanto, no início do exercício, termo de compromisso e submetendo-se às orientações do juiz coordenador da unidade a que vinculado.

c) O conciliador/mediador fica absolutamente impedido de prestar serviços profissionais, de qualquer natureza, pelo prazo de três anos, aos envolvidos em processo de conciliação/mediação sob sua condução.

d) No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o conciliador/mediador deverá informar com antecedência ao responsável para que seja providenciada sua substituição na condução das sessões.

e) Aplicam-se aos conciliadores/mediadores os mesmos motivos de impedimento e suspeição dos juízes, devendo, quando constatados, serem informados aos envolvidos, com a interrupção da sessão e sua substituição.

37. Sobre a suspensão condicional do processo, prevista na Lei n. 9099/95, é correto

afirmar:

a) É cabível nos crimes cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 anos.

b) Expirado o prazo acordado sem revogação, o juiz absolverá o acusado.

c) Caso o acusado não aceite a proposta, pode o juiz aplicar-lhe diretamente a pena restritiva de direitos, desde que não superior a 6 meses.

d) Será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal.

e) Durante o prazo de suspensão do processo, não correrá a prescrição.

38. De acordo com a Lei n. 9.099/1995, o Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. A conciliação será conduzida por:

a) Juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação.

b) Promotor de Justiça ou conciliador sob sua orientação.

c) Procurador do Estado ou conciliador sob sua orientação.

d) Policial Militar ou conciliador sob sua orientação.

e) Delegado de Polícia Civil ou conciliador sob sua orientação.

39. Nos estritos termos do artigo 63 da Lei n. 9.099/95, a competência dos Juizados Especiais Criminais é determinada:

a) Pelo lugar em que a ocorrência policial foi registrada.

b) Pelo lugar do domicílio do acusado ou da vítima.

c) Pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

d) Pela matéria.

e) Pela prevenção.

40. Nos termos do disposto na Lei n. 9.099/95, no que concerne ao Juizado Especial Cível, marque a opção correta:

I. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II. Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento de ação de despejo para uso próprio;

III. Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados e dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo;

IV. É competente, para as causas previstas na Lei nº 9.099/95, o Juizado do foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

V. Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

a) Apenas os itens I e II estão corretos.

b) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão corretos.

d) Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

e) Todas as alternativas estão corretas.

41. Acerca dos atos processuais na Lei n. 9.099/95, assinale a alternativa incorreta:

a) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de

qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias corridos.

c) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º da Lei nº 9.099/95.

d) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

e) As normas locais disporão sobre a conservação das peças do processo e demais documentos que o instruem.

42. Não poderão ser partes no processo instituído pela Lei n. 9.099/95:

a) Pessoas jurídicas de direito público.
b) As pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
c) As sociedades de crédito ao microempreendedor.
d) As pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
e) Pessoas jurídicas qualificadas como organização da sociedade cível de interesse público.

43. De acordo com o COJE, são órgãos do Poder Judiciário do Estado, exceto:

a) O Conselho da Magistratura.

b) A Justiça de Paz.

c) Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso – ESMAGIS/MT.

d) Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

e) Os Conselhos de Justiça Militar Estadual.

44. Em relação a Lei Complementar Estadual n. 270/2007, assinale a alternativa correta:

a) Os juízes leigos serão escolhidos, mediante teste seletivo e com ordem de aprovação, dentre advogados, preferencialmente residentes na Comarca do Juizado, com mais de cinco anos de experiência profissional, que não exerçam quaisquer atividades político-

partidárias, não sejam filiados a partido político e não representem órgão de classe ou entidade associativa.

b) Os juízes leigos serão escolhidos, mediante teste seletivo e com ordem de aprovação, dentre advogados, exclusivamente residentes na comarca do Juizado, com mais de 03 (três) anos de experiência profissional, que não exerçam quaisquer atividades político-partidárias, não sejam filiados a partido político e não representem órgão de classe ou entidade associativa.

c) Salvo exceção legal ou situação excepcional da comarca, ou termo dela, os conciliadores serão selecionados mediante teste seletivo e com ordem de aprovação e, preferencialmente, entre bacharéis ou acadêmicos de Direito que estejam regularmente matriculados em Universidades ou Faculdades públicas ou particulares, com curso autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação, a partir do 3º ano ou do 5º semestre.

d) O Juiz Diretor do Foro credenciará juízes leigos e conciliadores em número suficiente para atender a demanda, de acordo com a necessidade dos serviços.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça manterá sistema de avaliação do desempenho qualitativo e quantitativo das atribuições dos Juízes Leigos e dos Conciliadores, aferindo também a satisfação do usuário do sistema, para fins de verificar o bom funcionamento e de estimular a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema dos Juizados Especiais.

45. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/1997), assinale a alternativa correta:

a) Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

b) Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres e edificações de uso público, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de

advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, encaminhando ao órgão Estadual competente para a devida notificação e arrecadação das multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos.

c) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela; no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela; nos demais casos, o que vier pela esquerda do condutor.

d) Será facultada a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência.

e) Não constitui infração de trânsito conduzir o veículo sem acionar o limpador de para-brisa sob chuva.

46. São direitos básicos dos consumidores, exceto:

a) A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

b) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

c) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

d) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

e) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do legislador for ele hipossuficiente na relação de consumo.

47. Ainda sobre as normas do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) O fornecedor de produtos ou serviços responderá subsidiariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

b) A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Cconsumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

c) O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, entre outras alternativas, a reexecução dos serviços, arcando com eventual custo adicional, se houver.

d) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, de modo que, as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, serão solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do código do consumidor.

e) É facultado ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como a limites quantitativos.

48. Acerca da Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (Lei n. 6.938/81), é correto afirmar:

a) A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País,

condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, observando, entre outros princípios, a proteção de áreas degradadas.

b) Compete ao CONAMA estabelecer, mediante proposta do Ministro do Meio Ambiente, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA.

c) Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, em relação a cada uma delas.

d) A Política Nacional do Meio Ambiente visará a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, provocando, em diversas situações, um conflito com o desenvolvimento econômico-social.

e) Entende-se por poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

49. A Lei n. 9.605/1998, ao tratar das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e outras providências, dispõe que:

a) Nas infrações penais nela previstas, a ação penal é pública condicionada a representação;

b) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, poderá ser formulada ainda que não tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei;

c) As disposições do artigo 89 da Lei n. 9.099/1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos na Lei n. 9.605/1998, observadas as modificações estabelecidas no artigo 28.

d) Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, salvo o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, respondendo, nessa hipótese, independentemente da existência de culpa.

e) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, em relação ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

50. Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Regimento Interno do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, pode-se afirmar, exceto:

a) O Presidente do Tribunal de Justiça, em caso de alteração da ordem pública, surto epidêmico ou em outros casos em que se tornar aconselhável a providência, poderá fechar as portas do Palácio da Justiça, ou qualquer dependência do serviço judiciário, ou somente encerrar o expediente respectivo antes da hora legal, abrindo, em cada caso, as exceções que julgar convenientes.

b) O Tribunal Pleno funcionará com a maioria absoluta dos seus membros.

c) Na hipótese de resultado não unânime da apelação cível e do agravo de instrumento interposto em face de decisão parcial de mérito, nos termos do artigo 942 do Código de Processo Civil, serão convocados outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado final, assegurado o direito à sustentação oral das partes e eventuais terceiros perante os novos julgadores.

d) O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, com sede no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de um Desembargador que será o Presidente e de todos os Juízes das Turmas Recursais.

e) Compete ao Conselho propor ao Tribunal Pleno e ao Conselho da Magistratura a criação, instalação, horário de funcionamento ou extinção de Juizados Especiais, Cíveis ou Criminais, Volantes e Itinerantes.